

**HABEAS CORPUS Nº 515.301 - SP (2019/0167733-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GUSTAVO SIQUEIRA MARQUES - SP347855  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KELVIN AZEVEDO MACEDO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **KELVIN AZEVEDO MACEDO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na origem, constata-se absolvição do paciente da imputação da prática de tráfico ilícito de entorpecentes.

O TJSP deu provimento ao apelo ministerial para condená-lo à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime fechado, como incurso no art. 33, *caput*, c.c. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006, determinando-se a expedição do mandado prisional.

Neste *writ*, alega a defesa constrangimento ilegal diante do não reconhecimento da minorante do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, embora presentes os requisitos legais, de modo que faz jus, por consequência, ao regime aberto e à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, pugnando, assim, pelo deferimento liminar e, no mérito, pela sua confirmação.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, a matéria pleiteada em liminar confunde-se com o mérito. Para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 14.10.2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 13.01.2014; HC 303.408/RJ, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, DJe de 15.09.2014; HC 296.843/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 24.06.2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 0074858-90.2016.8.26.0050, a serem prestadas preferencialmente por meio de malote digital, com urgência.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.  
Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.  
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

